

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.846, DE 2000

Altera a redação do art. 38 do Código de Processo Civil, relativo à procuração judicial.

Autor: Deputado José Carlos Elias

Relator: Deputado José Roberto Batochio

I - RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria do Dep. José Carlos Elias, quer excluir do mandato outorgado a advogado os poderes de receber quantias e dar quitação (art. 38 do C.PC).

Justifica o autor:

“Em virtude desses poderes especiais, o causídico tem o direito inviolável à expedição de alvará em seu nome, para levantamento de depósitos judiciais e extrajudiciais que favoreçam seu constituinte, direito esse, hoje, plenamente reconhecido pelos nossos tribunais.

Infelizmente, maus profissionais se valem desse direito para se apropriarem indevidamente de dinheiro que não lhes pertence. Muitas vezes, as vítimas são pessoas humildes e desinformadas, sujeitas à malícia própria daqueles profissionais.”

A matéria tramita conclusivamente, razão pela qual, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, foi aberto prazo para o oferecimento de emendas, sem que nenhuma tivesse sido apresentada.

Compete-nos apreciá-la sob o prisma da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, conforme preceitua o art. 32, III, “a” e “e”, do mesmo estatuto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Não se apresentam obstáculos no que concerne à constitucionalidade, uma vez que a competência legiferante é deferida à União (art. 22, I), sendo o Congresso Nacional a sede adequada para apreciação (art. 48). A iniciativa parlamentar é cabível (art. 61).

De igual modo, consideramos que a proposição não atenta contra os princípios maiores do ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada é adequada.

Contudo, no mérito somos pela rejeição. Assim nos posicionamos porquanto não se pode julgar toda uma classe – a dos advogados – pelo eventual mal comportamento de alguns dos seus integrantes. Para aqueles profissionais que não cumprem o mandato recebido na sua inteireza, a própria OAB, com respaldo no seu Estatuto – Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, dispõe de mecanismos para puní-los como infratores: assim, o fato de um profissional, por exemplo, nos moldes do art. 34, “locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa” (XX), “recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele” (XXI), “tornar-se moralmente inidôneo para o exercício da advocacia”(XXVII).

A par das infrações, o Estatuto, que aliás, é Lei Federal, estabelece outrossim as sanções cabíveis: censura, suspensão, exclusão, multa etc., sem prejuízo da ação pertinente, de cunho indenizatório, que o interessado

poderá promover para o ressarcimento das importâncias que não lhe foram repassadas pelo seu procurador.

Ademais, o projeto atenta contra a comodidade do próprio público. Poderíamos, por exemplo, aventar a possibilidade de que a causa seja vencida em parte longínqua do nosso território e até mesmo no exterior. Nestes casos, a parte deveria se deslocar, à custa de mais despesas e transtornos, para o levantamento das importâncias que lhe são devidas.

Neste sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do projeto nº 2.846/2000, mas no mérito somos pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado José Roberto Batochio
Relator